
Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

***Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores
Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Balanço patrimonial
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota Explicativa	2024	2023		Nota Explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa equivalente de caixa	4	46.746.396	22.266.649	Fornecedores	10	173.544	270.866
Títulos e Valores Mobiliários	5	-	11.284.751	Obrigações trabalhistas	11	379.840	67.108
Contas a receber	6	2.606.291	1.975.743	Obrigações tributárias	12	127.287	20.953
Adiantamentos diversos	7	43.496	33.969	Outras contas a pagar	10	422.848	770.224
Impostos a recuperar	19	9.775	18.471	Adiantamento de clientes	13	202.856	474.356
Despesas antecipadas		6.122	2.986			1.306.374	1.603.507
		49.412.080	35.582.570				
Não circulante				Não circulante			
Depósitos Judiciais	19	398.486	5.792.576	Provisão para riscos fiscais	19	468.677	5.716.779
Garantias e Cauções	8	51.000	74.198			468.677	5.716.779
Imobilizado líquido	9	245.409	162.372				
Intangível líquido	9	938.140	1.053.715				
		1.633.035	7.082.861				
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio Social	14	35.345.146	27.206.276
				Superávit do exercício		13.924.917	8.138.870
						49.270.063	35.345.146
Total do ativo		51.045.115	42.665.431	Total do passivo e do patrimônio líquido		51.045.114	42.665.431

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em reais)

	Nota Explicativa	2024	2023
(=) Receita operacional líquida	15	<u>20.999.081</u>	<u>19.061.906</u>
(-) Custo dos serviços prestados	23	<u>(2.498.244)</u>	<u>(1.732.298)</u>
(=) Superávit bruto		<u>18.500.837</u>	<u>17.329.608</u>
(+/-) Despesas / receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	<u>(14.092.500)</u>	<u>(12.545.548)</u>
Outras receitas operacionais	20	<u>5.312.686</u>	<u>1.188</u>
(=) Superávit operacional antes do resultado financeiro		<u>9.721.023</u>	<u>4.785.248</u>
Receita financeira	17	<u>4.647.796</u>	<u>4.179.202</u>
Despesa financeira	17	<u>(443.902)</u>	<u>(825.580)</u>
(=) Resultado Financeiro		<u>4.203.894</u>	<u>8.138.870</u>
(=) Superávit do exercício		<u>13.924.917</u>	<u>8.138.870</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<u>20.972.762</u>	<u>6.233.514</u>	<u>27.206.276</u>
Transferência para o patrimônio social	6.233.514	(6.233.514)	-
Superávit do exercício	-	8.138.870	8.138.870
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	<u>27.206.276</u>	<u>8.138.870</u>	<u>35.345.146</u>
Transferência para o patrimônio social	8.138.870	(8.138.870)	-
Superávit do exercício	-	13.924.917	13.924.917
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	<u>35.345.146</u>	<u>13.924.917</u>	<u>49.270.063</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em reais)

	Nota Explicativa	2024	2023
Superávit do exercício		13.924.917	8.138.870
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	9	1.188.621	991.316
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	48.122	(43.079)
Provisão para riscos fiscais	19	59.325	(286.738)
Ganho processo judicial (Tributação da COFINS sobre os exames)		5.848.781	-
Perdas com clientes		33.000	-
		21.102.767	8.800.368
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
Aumento / Diminuição no Contas a Receber		(711.670)	(480.199)
Aumento / Diminuição nos adiantamentos		(9.527)	9.201
Aumento / Diminuição nos Impostos a Recuperar		8.696	(11.428)
Aumento / Diminuição nas despesas antecipadas		(3.135)	(7)
Aumento / Diminuição nos depósitos judiciais e cauções		(431.493)	(1.101.009)
Aumento / Diminuição em Fornecedores		(97.322)	144.052
Aumento / Diminuição em Obrigações trabalhistas		312.732	17.744
Aumento / Diminuição em Obrigações tributárias		106.334	(184)
Aumento / Diminuição em Outras Contas a Pagar		(347.376)	-
Aumento / Diminuição nos adiantamentos de clientes		(271.500)	(83.576)
Aumento / Diminuição em Provisão para riscos fiscais		(5.307.427)	1.176.068
Caixa líquido das atividades operacionais		(6.751.688)	(329.339)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			

Planejar – Associação Brasileira de Planejadores Financeiros

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

Aquisições de bens do imobilizado	9	(83.036)	(140.589)
Aquisições de bens Intangíveis	9	(1.073.047)	(981.970)
Títulos e valores mobiliários	5	11.284.751	(1.063.777)
Caixa líquido das atividades de investimentos		10.128.668	(2.186.336)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Caixa líquido das atividades de financiamentos		-	-
Aumento / Redução líquido de caixa		24.479.747	6.284.693
Caixa no início do exercício		22.266.649	15.981.955
Caixa no final do exercício		46.746.396	22.266.649
Aumento / Redução líquido de caixa		24.479.747	6.284.693

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

1. Contexto operacional

A Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (“Planejar” ou “Associação”), com sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 1120, 7º andar, Itaim Bibi, Cep.: 04534-004, é uma entidade criada em novembro de 2016. Anteriormente denominada Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros – IBCPF, fundado em maio de 2000 por iniciativa de profissionais da área financeira.

É uma entidade certificadora, não governamental e sem fins lucrativos. A Associação tem o papel de certificar os profissionais e acompanhar a atividade de planejador financeiro pessoal no Brasil, necessária ao atendimento de uma demanda crescente da população brasileira, assim como de representar os profissionais de planejamento financeiro perante o mercado, governo e sociedade. Também é papel da Associação, contribuir para o desenvolvimento dos profissionais certificados por meio de um Programa de Educação Continuada.

1.1 A Planejar possui os seguintes objetivos:

- Certificar indivíduos pessoas físicas, mediante o cumprimento de pré-requisitos de educação, conhecimento teórico e prático sobre os temas que permeiam o planejamento financeiro, experiência profissional e fundamentos éticos;
- Desenvolver modelos e processos de excelência profissional para profissionais certificados que se dedicam à atividade de planejamento financeiro pessoal no Brasil, considerando as particularidades e características do mercado nacional, mas ainda em conformidade com os critérios internacionais aos quais estão submetidas todas as praças que concedem a certificação pelo mundo.
- Apresentar e promover princípios e habilidades profissionais, objetivando o benefício do público em geral, por meio da atuação dos planejadores financeiros pessoais (“Planejadores Financeiros”);
- Representar os interesses de seus associados perante organismos governamentais e autoridades responsáveis pela regulamentação de legislações pertinentes, bem como atuar visando o reconhecimento do profissional Planejador Financeiro junto às autoridades governamentais e regulatórias;
- Promover, amplamente, a divulgação do que seja o processo de planejamento financeiro pessoal (“Processo de Planejamento Financeiro Pessoal”);
- Manter relacionamento com organizações do mercado financeiro, de capitais, securitário, previdenciário e assemelhados que possam ter relação e interesse com a Planejar, bem como entidades de regulação e autorregulação do Brasil;
- Promover ou apoiar congressos, seminários, cursos, palestras e demais iniciativas que visem a capacitação e o networking entre profissionais associados em temas relacionados aos objetivos da Planejar;
- Acompanhar e fornecer conteúdos para os profissionais associados para garantir que eles permaneçam em contínuo aperfeiçoamento e aptos a renovarem a sua certificação a cada dois anos; e
- Desenvolver outras atividades correlatas aos objetivos da Planejar.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

1.2 A Profissão de Planejador Financeiro no Mundo

A profissão de planejador financeiro certificado surgiu nos Estados Unidos na década de 80. Em 2004, com o crescimento da certificação Certified Financial Planner - CFP®, foi criado o Financial Planning Standards Board - FPSB, responsável pela divulgação, gerenciamento e controle do uso das marcas CFP fora dos Estados Unidos. Hoje, o FPSB congrega e supervisiona entidades afiliadas de planejamento financeiro em 27 países. Em todo o mundo, são cerca de 230 mil profissionais certificados.

O planejador financeiro CFP® é um multiespecialista, com visão estratégica e conhecimento de planejamento financeiro, administração de investimentos, planejamento de aposentadoria e previdência, gerenciamento de riscos, seguros, fiscal e sucessório. O profissional CFP® atua como um consultor, que avalia os objetivos, expectativas e necessidades de cada cliente visando desenvolver, apresentar e executar estratégias de planejamento financeiro adequadas ao perfil do cliente. Por ser multiespecialista, este profissional pode atuar como autônomo ou empregado de grupos financeiros, seguradoras, entidades de previdência complementar e demais áreas do planejamento financeiro pessoal. Ao se tornar um profissional certificado, ele obtém o direito de uso da marca CFP®.

A Planejar é a detentora exclusiva dos direitos sobre as marcas do Planejador Financeiro Certificado no território brasileiro, garantidos por um acordo assinado por prazo indeterminado com o FPSB. No Brasil, a Planejar é a única entidade afiliada ao FPSB e autorizada a conceder a certificação CFP® para profissionais que atendam aos padrões mundiais desta certificação.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2004, foi aprovada a inclusão da Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, como associada sênior “A” da Planejar, com poderes estatutários para exercer a influência sobre a Associação.

As fontes de recursos para a Associação atingir seus objetivos e a manutenção de suas atividades são provenientes, substancialmente, das contribuições dos associados e as receitas com inscrições de certificação profissional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando os Pronunciamento Técnico PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela ITG 2002 (R1) em convergência às Normas Internacionais de Relatórios Financeiros para Pequenas e Médias Empresas, emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) e pela ITG 2002 (R1), emitida em 21 de agosto de 2015 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que dispõe sobre as entidades sem finalidade de lucros e são apresentadas em Reais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis, por sua vez, foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento do Conselho Administrativo da Associação para determinação do valor adequado a ser

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso do ativo imobilizado, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 04 de abril de 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Associação é o Real, a mesma moeda utilizada para preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2. Cotas de Fundo de Investimento

As aplicações em cotas de fundo de investimento abertos estão demonstradas ao valor de aplicação atualizado pelo valor da cota da data do balanço fornecido pelo administrador do fundo. Os resultados dessas aplicações são reconhecidos em “resultados financeiros líquidos”.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela receita de anuidades, inscrições de certificação profissional, inscrições em eventos, patrocínios, cursos e treinamentos e contribuição associativa. Os valores estão registrados pelo valor nominal das receitas conforme o serviço realizado. A Associação adota a prática para provisão para créditos com liquidação duvidosa, equivalente a 10% sobre operações em aberto na data do balanço decorrentes de pessoas físicas.

3.4. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição de construção, incorrido até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso das máquinas e equipamentos. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência (Nota 9).

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil dos bens, como segue:

Ativo imobilizado	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5

3.5. Intangível

Os ativos intangíveis demonstrados possuem vida útil definida e são amortizados de acordo com sua vida econômica estimada.

A tecnologia segue em constante evolução, o que torna alguns recursos e soluções considerados ativos intangíveis, obsoletos de forma acelerada. Desta forma, após avaliação, a Planejar definiu que a partir de 2022, tais ativos intangíveis terão uma depreciação de 50% ao ano, sendo amortizados no prazo de dois anos.

Os custos associados à manutenção já são reconhecidos como despesa, conforme incorridos no próprio exercício. Os custos de desenvolvimento e produção de conteúdo que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos identificáveis e exclusivos, controlados pela Associação, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa.

3.6. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Em 31 de dezembro de 2024, a Associação não possuía ativos não financeiros que não estivessem sujeitos à amortização ou depreciação.

3.7. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que possam ser gerados benefícios econômicos futuros em favor da Associação e seu custo ou valor possam ser mensurados com segurança.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.8. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Constituídas para todos os processos judiciais para os quais são prováveis que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e permitem uma estimativa razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. São revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9. Baixa para perda e provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)

A administração instituiu metodologia que determina que títulos e créditos a receber nos períodos e montantes estipulados abaixo serão baixados contabilmente para perda:

- Vencidos há mais de seis meses até R\$ 15.000 (quinze mil reais);
- Vencidos há mais de um ano acima R\$ 15.000 (quinze mil reais) até R\$ 100.000 (cem mil reais); e
- Vencidos há mais de um ano acima de R\$ 100.000 (cem mil reais) desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para seu recebimento.

A administração avaliou e adotou a política de constituição PCLD equivalente a 10% sobre operações em aberto na data do balanço tratando de pessoa física. Já os valores devidos por pessoa jurídica são considerados pelo valor real da dívida sem correções.

3.10. Patrimônio Líquido

Após deliberação em assembleia pelos associados, o superávit ou déficit anual é destinado para a formação do patrimônio social.

Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foi necessário a contabilização de nenhum ajuste por impairment.

3.11. Subvenções

As subvenções recebidas pela Associação são reconhecidas no resultado a medida que transcorra efetivação dos gastos durante o exercício, conforme critérios definidos no acordo de compartilhamento de custos e despesas com a Anbima.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

3.12. Passivos financeiros

Os passivos financeiros referem-se às obrigações presentes da entidade que resultam de eventos passados e cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para a Associação. Esses passivos incluem contas a pagar, provisões e outros compromissos financeiros da Associação.

A classificação dos passivos financeiros segue as normas contábeis vigentes, segregados entre passivos circulantes e não circulantes, a fim de garantir a correta contabilização, transparência e conformidade com as obrigações contratuais e regulatórias.

3.13. Apuração do resultado

As contribuições com anuidades, demais receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência, exceto as anuidades de não associados que são reconhecidos pelo regime de caixa. Após aprovação em assembleia, o superávit ou déficit do exercício é transferido para a rubrica “Patrimônio Social”.

O superávit apurado está isento da contribuição social e do imposto de renda da pessoa jurídica, uma vez que a Associação se caracteriza como uma associação civil sem finalidade de lucros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixas e Bancos	94.015	-
Aplicações Financeiras (a)	46.652.381	22.266.649
	46.746.396	22.266.649

- (a) As aplicações financeiras da Associação referem-se as aplicações no Banco Itaú no Fundo Soberano Referenciado que possui liquidez imediata e diária e está registrada pelo valor da cota divulgada pelo administrador do Fundo e Aplicação Aut Mais.

5. Títulos e valores mobiliários

	2024	2023
Títulos e valores mobiliários (a)	-	11.284.751
	-	11.284.751

- (a) Os títulos e valores mobiliários da Associação referem-se a aplicações no Fundo Itaú BBA RF Crédito Privado Active FIX 5 FIX FI que possui liquidação em D+5 e está registrado pelo valor da cota divulgada pelo administrador do Fundo.

O fundo Itaú BBA RF Crédito Privado Active Fix 5 FIC FI que busca superar o CDI no longo prazo, através do investimento em ativos de crédito privado com diversificação de emissores financeiros e não financeiros de baixo e médio risco. Não opera ativamente risco de mercado.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

- **Risco de Liquidez:** dependendo das condições do mercado, os ativos financeiros podem sofrer diminuição de possibilidade de negociação. Nesses casos, poderá haver descontos ou deságios, prejudicando a rentabilidade de tais ativos.

A administração entende que a entidade não está exposta ao risco de liquidez relevante em virtude de não possuir endividamento bancário e o saldo de caixa e equivalentes de caixa serem suficientes para cumprir com todas as obrigações atualmente conhecidas e que estão registradas na data do balanço.

- **Risco de Crédito:** as operações estão sujeitas ao risco de crédito (inadimplência ou mora) de seus emissores e contrapartes, hipótese em que poderá (i) ser reduzida a sua rentabilidade, (ii) haver perdas financeiras até o limite das operações contratadas e não liquidadas e/ou (iii) ter de provisionar valorização ou desvalorização de ativos financeiros.
- **Exposição máxima ao risco de crédito:** em virtude de a entidade não prestar garantias a terceiros e não operar com derivativos e ativos financeiros de longo prazo, a exposição máxima ao risco de crédito está representada pelo total dos saldos dos ativos financeiros reconhecidos na data do balanço.

Essa aplicação foi resgatada no dia 21 de agosto de 2024 e o saldo foi aplicado no Fundo Soberano Referenciado, classificado como equivalentes de caixa (Nota explicativa 4).

6. Contas a receber de clientes

	2024	2023
Anuidades (a)	1.896.215	1.526.716
Inscrições de certificação profissional (b)	527.902	412.262
Patrocínios – Eventos – Congressos (c)	230.641	22.027
Cursos e treinamentos (d)	17.155	32.238
	<u>2.671.913</u>	<u>1.993.243</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	(65.622)	(17.500)
	<u>2.606.291</u>	<u>1.975.743</u>

- (a) Saldos a receber via cartão de crédito/débito de anuidades cobradas dos associados no período de janeiro a dezembro de 2024, referente a anuidades de associados plenos (profissionais certificados), associados não certificados, pessoas jurídicas e 1ª Anuidade da Associação CFP.
- (b) Valores referentes a saldo a receber via cartão de crédito/débito de inscrições no 48º Exame de Certificação CFP realizados no período;
- (c) Saldo de valores a receber via cartão crédito/débito sobre o Congresso e Patrocínio Planejar 2024;
- (d) Valores referentes a inscrição no curso Plano Financeiro 2024;

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

- (e) A Associação no exercício findo de 31 de dezembro de 2024 e 2023 adota a prática para provisão para créditos com liquidação duvidosa, equivalente a 10% sobre operações em aberto na data do balanço.

7. Adiantamentos diversos

	2024	2023
Adiantamento de fornecedores	36.947	31.668
Adiantamento de férias	6.549	2.301
	<u>43.496</u>	<u>33.969</u>

O adiantamento de fornecedores compreende pagamentos realizados à fornecedores com emissão de documento fiscal futuro em 2025. O saldo do adiantamento de férias compreende os funcionários que receberam em dezembro pelo gozo de dias em janeiro.

8. Garantias e Caução

A rubrica “Garantias e cauções”, no montante de R\$ 51.000 em 31 de dezembro de 2024, refere-se à movimentação de depósito caução da nova sede em São Paulo/SP, considerando o pagamento em 01 de dezembro de 2023. Sendo que esse valor deverá ser restituído na rescisão da locação corrigido pela correção da poupança.

	2024	2023
Depósito caução	51.000	74.198
	<u>51.000</u>	<u>74.198</u>

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

9. Imobilizado e intangível

	Móveis e utensílios	Máquinas, e equipamentos	Computadores e periféricos	Instalações	Marcas e patentes	Software, Desenvolvimento e Produção	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	75.381	1.940	55.652	46.844	1.410	3.263.674	3.444.901
Adições	22.538	1483	104.661	-	-	1.027.401	1.156.083
Baixas e alienações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	97.919	3.423	160.313	46.844	1.410	4.291.075	4.600.984
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.322)	(34)	(15.268)	(821)	-	(2.211.369)	(2.228.814)
Adições	(16.961)	(467)	(18.824)	(9.394)	-	(1.142.975)	(1.142.975)
Baixas e alienações	0	0	0	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(18.283)	(501)	(34.092)	(10.215)	-	(3.354.344)	(3.417.435)
Valor líquido contábil							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	74.059	1.906	40.384	46.023	1.410	1.052.305	1.216.087
Saldo em 31 de dezembro de 2024	79.636	2.922	126.221	36.629	1.410	936.731	1.183.549
Taxas médias anuais de depreciação (%)	10%	10%	20%	10%	-	50%	

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

10. Fornecedores e contas a pagar

Os saldos a pagar de fornecedores são compostos por fornecedores de serviços e outros:

Fornecedores Nacionais	2024	2023
Marketing One Comunicação	-	36.013
Sinapse Inteligência em Finanças	-	24.600
Vivificar Desenvolvimento	-	20.100
Eliane Tanabe	-	20.000
LVPailon Agenciamento e Publicidade	-	16.378
RHR Gestão e Negócios	-	16.250
Matarasso Sociedade de Advogados	-	15.722
H Sol Incentive Performance	-	13.408
Tamer Associados	10.558	10.558
Academia Solaris Cursos	13.770	10.374
Treina Treinamentos	-	2.252
Hub Comunicação	29.900	-
Amazon AWS Serviços	17.094	-
Kaizen Company	12.916	-
Ommapar Engenharia	28.950	-
Outros fornecedores	60.356	85.211
	<u>173.544</u>	<u>270.866</u>

Outras contas a pagar	2024	2023
Contas a pagar (a)	353.987	758.880
Aluguéis a pagar	35.656	0
Cartão de crédito a pagar	33.205	11.344
	<u>422.848</u>	<u>770.224</u>

- (a) Esse grupo é composto da provisão de bônus conforme política da Planejar, totalizando em 2024 o valor de R\$ 353.987 a serem pagos em fevereiro de 2025 de acordo com o alcance de metas, além de R\$ 35.656 de aluguéis a pagar referente ao mês de dezembro e o valor a pagar da fatura de cartão de crédito com vencimento em janeiro de 2025.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

11. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
Provisões de férias	166.949	34.408
INSS a recolher	68.167	13.308
Imposto de renda retido na fonte	62.415	3.019
FGTS a recolher	22.500	3.978
Outros (a)	59.809	12.395
	<u>379.840</u>	<u>67.108</u>

- (a) Outros: R\$57.597 refere-se a INSS, FGTS e PIS s/ provisão de férias e R\$ 2.211 de PIS sobre folha de pagamentos.

12. Obrigações tributárias

O demonstrativo abaixo representa os valores a serem recolhidos dos tributos referentes ao mês de dezembro/2024.

	2024	2023
ISS a recolher	3.940	421
Cofins a recolher	34.787	13.766
CSRF a recolher	65.738	5.183
INSS e ISS retidos na fonte	1.742	-
Imposto de renda retido na fonte	21.080	1.583
	<u>127.287</u>	<u>20.953</u>

13. Adiantamento de clientes

	2024	2023
Exames 46º, 47º e 48º	-	304.436
Exame 49	130.117	0
Congresso 2023	-	3.397
Outros (a)	72.739	166.523
	<u>202.856</u>	<u>474.356</u>

- (a) Outros: corresponde a valores de cancelamento de serviços, duplicidade ou ainda candidatos que solicitaram transferência do exame para realização em 2025 (R\$ 166.523 em 31/12/2023).

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

14. Patrimônio líquido

Compõe o capital da Associação:

	2024	2023
Patrimônio Social	35.345.146	27.206.276
Superávit do exercício	13.924.917	8.138.870
	49.270.063	35.345.146

15. Receita operacionais

	2024	2023
Anuidade Associativa (a)	10.217.787	9.841.304
Inscrições de Certificados (b)	9.777.915	8.894.541
Patrocínio / Congresso (c)	985.226	501.291
Cursos e Treinamentos (d)	103.800	162.050
Contribuições Associativas (e)	400.000	400.000
Cessão de direito - Royalties (f)	19.365	20.054
Impostos sobre Receitas (g)	(505.012)	(757.334)
Totais	20.999.081	19.061.906

Seguem detalhamentos das fontes de receita da Associação:

- a) Anuidades recebidas dos associados à Planejar (pessoas físicas certificadas CFP®, pessoas físicas não certificadas CFP® e pessoas jurídicas parceiras).
- b) Inscrições para participação nos exames para Certificação CFP®, que pode ser completa (realização de todas as provas dos 06 módulos do exame) ou parcial (realização de 01 ou até 05 módulos do exame). No ano de 2024, foram realizadas as provas para os exames de número 46 (abril), 47 (julho) e 48 (outubro);
- c) Patrocínios de empresas em geral, associadas ou não, ao Congresso Internacional da Planejar, evento organizado anualmente pela Associação.
- d) Inscrição para participação em cursos ofertados pela Planejar em modalidade EaD. Estes cursos são disponibilizados pelas empresas parceiras da Planejar.
- e) Contribuição associativa adicional feita pela Anbima, Associado Sênior “A”, conforme nota explicativa nº 21.2.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

- f) Royalties recebidos dos materiais de estudos vendidos pela Editora Sirius,
- g) Os impostos sobre receitas compreendem o ISS sobre as receitas com exames, cursos, congressos e royalties R\$ 505.979 e a provisão da COFINS sobre as receitas de patrocínio R\$ 58.357.

Devido à sua natureza de Associação sem fins lucrativos, a Planejar credita-se de COFINS nas despesas operacionais diretamente relacionada às suas atividades associativas.

16. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2024	2023
Serviço com terceiros (a)	3.415.357	2.453.667
Marketing e publicidade (b)	1.636.567	1.529.369
Royalties e Eventos FPSB	239.865	3.660.362
Provisão para riscos fiscais (d)	59.325	286.738
Eventos, Comissões e Certificações (e)	2.377.109	1.592.805
Pessoal	3.008.484	1.012.469
Despesas Tributárias (f)	943.946	739.360
Aluguel	431.841	347.303
Licenças para conteúdos (g)	-	160.438
Outras despesas (h)	710.263	101.538
Depreciação e amortização	1.188.621	991.316
Provisão para PCLD (i)	48.122	(43.079)
Perdas com clientes	33.000	-
Totais	14.092.500	12.832.286

- (a) Serviço com terceiros: serviços prestadores por fornecedores parceiros para suportar as operações.
- (b) Marketing e publicidade: gastos da área de Marketing, tendo uma maior relevância com gastos destinados a comunicação institucional (R\$ 892.145) e estratégias digitais (R\$ 175.841). As demais despesas totalizam R\$ 568.581.
- (c) Royalties: Trata-se de gastos com os pagamentos de Royalties, tributos e eventos relacionados à Financial Planning Standards Board
- (d) Provisão para riscos fiscais: Compreende o valor de COFINS sobre as receitas de patrocínios e ISS sobre os Royalties realizados no período. A Planejar iniciou em 2023 com o depósito da COFINS sobre os recebimentos de patrocínios.
- (e) Eventos, Comissões e Certificações: O valor do período (R\$ 1.337.540) compreende aos gastos com Congresso realizado em outubro de 2024 e com o centro de custos de Educação (R\$ 1.039.569).

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

- (f) Despesas Tributárias: O saldo é composto por R\$ 670.004 referente IR sobre aplicações financeiras R\$ 208.468 correspondente a Cofins sobre as receitas financeiras e R\$ 65.474 com IPTU, TFE e IOF
- (g) Licenças para conteúdos: são gastos realizados com a empresa HSOL Incentive Performance S.A., referente a operação e licença de uso para plataforma de educação. No ano de 2024 os gastos de R\$ 178.964 foram adicionados ao total com Eventos, Comissões e Certificações (e) para uma melhor classificação.
- (h) Outras despesas: são gastos no período principalmente com manutenção, utilidades, ocupação e outras.
- (i) A provisão do PCLD é equivalente a 10% sobre operações em aberto na data do balanço.

17. Resultado financeiro líquido

- (a) A rubrica “Outras receitas financeiras” está representada por: correções dos depósitos judiciais da COFINS e ISS, descontos financeiros obtidos e juros ativos recebidos de clientes e acréscimos legais.
- (b) Os “Juros Selic” compreendem a correção do depósito judicial da COFINS.
- (c) A rubrica “Outras despesas financeiras” está representada por multas e juros sobre atrasos.

18. Cobertura de seguros

A Associação possui contrato de seguro de responsabilidade civil dos administradores “D&O” no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com vigência até 14 de julho de 2025., com cobertura de garantia da apólice no máximo em R\$ 10.000.000,00 e contrato de cobertura contra incêndio e acidentes naturais no total de R\$ 1.800.000,00.

19. Provisão para demandas judiciais

Entre os processos judiciais que envolvem a Associação, há processos de natureza fiscal e cível. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais referentes aos fiscais estão demonstrados como segue:

COFINS – A Associação detém em andamento processo (nº 2010.03.00.001480-4) no Foro TRF3 – 3ª turma, no qual tem como objetivo o Mandado de Segurança para assegurar o direito líquido e certo do impetrante ao não recolhimento da COFINS, inclusive em relação às receitas provenientes da prestação de serviços aos associados.

Os assessores jurídicos da Associação acreditam que a probabilidade de perda no processo é remota, porém a administração entende que pode haver questionamentos sobre a causa, o que pode gerar desembolsos futuros e, desta forma, decidiu manter registrada a provisão para contingências.

Seguindo orientação dos seus assessores jurídicos, a associação deliberou pela efetivação do depósito judicial do montante integral da COFINS, devidamente atualizado, referente aos últimos cinco anos. A partir

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

desta data, mensalmente, a associação apura e efetua os depósitos judiciais da COFINS sobre o faturamento, a alíquota de 7,6%.

A sentença transitada em julgado deu parcial provimento à apelação e declarou a isenção da COFINS apenas sobre as receitas oriundas de atividades próprias concernentes à finalidade precípua da associação. Após análise da documentação, verificou-se que os valores depositados em juízo são oriundos de atividades próprias concernentes à finalidade precípua da associação conforme determinado na sentença.

Encerra-se em 04/09/2024 esse processo e em 05/12/2024 foi depositado o montante de R\$ 5.848.780,86, referentes a liberação do saldo da conta dos depósitos judiciais realizados tendo em vista a decisão favorável do processo. Na mesma data foi realizada a reversão da provisão no valor de R\$ 5.312.242,93.

Movimentação da provisão COFINS (passivo)

	2024	2023
Saldo inicial	5.312.242	4.827.448
Constituição no exercício	-	223.571
Atualização Selic	-	339.382
Crédito sobre insumos	-	(78.159)
Reversão de provisão	(5.312.242)	-
Totais	-	5.312.242

Movimentação da provisão COFINS (ativo)

	2024	2023
Saldo inicial	5.433.957	4.743.953
Constituição no exercício	-	395.052
Ajuste (transferência para depósito ISS)	-	(168.954)
Atualização Selic	414.823	463.906
Recebimento do processo	(5.848.780)	-
Totais	-	5.433.957

A partir de 2023 foi iniciado o recolhimento dos valores referentes ao ISS sobre o pagamento dos royalties através de depósito judicial conforme, Processo nº 1057985-47.2020.8.26.0053.

Movimentação da provisão ISS (ativo)

	2024	2023
Saldo inicial	357.932	-
Constituição no exercício	1.293	166.135
Ajuste (transferência para depósito ISS)	-	168.954
Atualização Selic	38.503	22.843
Totais	397.728	357.932

Movimentação da provisão ISS (passivo)

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
Saldo inicial	404.280	-
Constituição no exercício	1.293	134.197
Atualização IPCA	62.822	123.483
Ajustes de Provisões anteriores		146.600
Totais	468.395	404.280

Em 2023 foi iniciado o depósito judicial da Cofins sobre as receitas dos Patrocínios, Processo nº 5023656-06.2023.4.03.6100. O cálculo do tributo foi com base no regime não cumulativo conforme a Lei 10.833/2003, dessa forma respeitando os créditos sobre a receita.

Movimentação da provisão COFINS _ Patrocínios (passivo)

	2024	2023
Saldo inicial	256	-
Constituição no exercício	58.357	24.799
Atualização Selic	26	5
Crédito sobre insumos	(58.357)	(24.547)
Totais	282	256

Movimentação da provisão COFINS _ Patrocínios (ativo)

	2024	2023
Saldo inicial	688	-
Constituição no exercício		682
Atualização Selic	71	6
Totais	759	688

20. Outras receitas

	2024	2023
Outras Receitas	5.312.686	1.188
	5.312.686	1.188

Os valores recebidos em 2024 compreendem o recebimento de 10% correspondente ao valor pago na solicitação de cancelamento totalizando R\$ 443 e R\$ 5.848.780,86, referente ao êxito do processo da Cofins sobre os exames.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

21. Partes relacionadas

21.1 Direitos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Associação detém como parte relacionada a Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, estatutariamente classificado na categoria de Associado Sênior A, o qual lhe confere os direitos:

- Votar nas Assembleias Gerais da Planejar;
- Participar das atividades da PLANEJAR e apresentar sugestões à Assembleia Geral, bem como ao Conselho de Administração e ao Diretor Executivo, propondo medidas que julgar convenientes aos interesses da PLANEJAR e à consecução dos seus objetivos;
- Requerer a convocação da Assembleia Geral nas formas previstas no Estatuto da Planejar;
- Retirar-se da Planejar, nos termos do artigo 17, parágrafo segundo do Estatuto;
- Indicar representantes para cargos de Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, observadas as regras do estatuto;
- Vetar deliberações da Assembleia Geral que versem, direta ou indiretamente, sobre o objeto social, a administração da Associação e seus órgãos, criação de novas classes ou modificação das classes de associados existentes, as contribuições, liquidação e auditoria da Associação;
- Propor, vetar e manifestar oposição a admissão de novos Associados Seniores.

21.2 Remuneração da administração

A Planejar é uma Associação sem fins lucrativos. Por esta razão, não tem finalidade de lucro e não remunera o corpo diretivo, que é composto por: Conselho de Administração (antiga Diretoria Executiva), Conselho Fiscal e Conselho de Normas Éticas. No artigo 31, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Planejar, é informado que o cargo de conselheiro não é remunerado. Em 18 de setembro de 2019, a Planejar aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, alteração de estatuto onde houve a conversão da antiga Diretoria Executiva em Conselho de Administração.

21.3 Receita e despesas com subvenção

Em 1º de Janeiro de 2020, a Associação formalizou o Termo de Compromisso de Contribuição Associativa Adicional com a Anbima, onde as partes reconhecem que o presente Termo representa a intenção temporária, da Anbima em auxiliar o desenvolvimento do mercado financeiro e de capitais. Caso a Planejar ainda não possua presença e conhecimentos sólidos e consolidados no mercado quando do decurso do prazo do presente Termo, que teve validade até 31 de dezembro de 2022. O presente termo foi renovado em 04/2024 até 04/2025.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

22. Instrumentos financeiros

A Planejar não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

23. Custos sobre serviços prestados

A Planejar registra os gastos com a Fundação Carlos Chagas, responsável pela prestação de serviços técnicos especializados correspondentes a elaboração e correção das avaliações para obtenção da certificação de planejadores financeiros.

24. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Associação.

* * *